



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA — UEPB
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

KRYSTEN LALINE VILAR DO NASCIMENTO

**“EM BUSCA DE IARA”: ANÁLISE FÍLMICA SOBRE A GUERRILHEIRA E A
CONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DAS MULHERES**

**Campina Grande, Paraíba
2024**

KRYSTEN LALINE VILAR DO NASCIMENTO

**“EM BUSCA DE IARA”: ANÁLISE FÍLMICA SOBRE A GUERRILHEIRA E A
CONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DAS MULHERES**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado a/ao Coordenação
/Departamento do Curso História da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
licenciado em História.

Orientadora: Prof. Dra. Noemia Dayana de Oliveira.

**Campina Grande, Paraíba
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N244e Nascimento, Krysten Laine Vilar do.
"Em busca de Iara" [manuscrito] : análise fílmica sobre a
guerrilheira e a construção historiográfica das mulheres /
Krysten Laine Vilar do Nascimento. - 2024.
28 p. : il. colorido.
Digitado. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2024. "Orientação : Profa. Dra. Noemia Dayana de
Oliveira, Coordenação do Curso de História - CEDUC."
1. Mulheres. 2. Historiografia. 3. Análise fílmica. 4.
Política. I. Título

21. ed. CDD 981

KRYSTEN LALINE VILAR DO NASCIMENTO


**“EM BUSCA DE IARA”: ANÁLISE FÍLMICA SOBRE A GUERRILHEIRA E A
CONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DAS MULHERES**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em História.


Área de concentração: Ciências Humanas.

Aprovada em: 28/06/2024.


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **NOEMIA DAYANA DE OLIVEIRA**
Data: 22/07/2024 19:20:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Noemia Dayana de Oliveira (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente
 **GILDIVAN FRANCISCO DAS NEVES**
Data: 24/07/2024 08:54:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Gildivan Francisco das Neves (Examinador interno)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Documento assinado digitalmente
 **JULIANA CAROLINA DA SILVA**
Data: 23/07/2024 07:47:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Juliana Carolina da Silva (Examinadora externa)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Campus
Parintins

A minha família: Katyusca, Henrique, Letícia e Luiza, pelo companheirismo, força, amor, confiança; ao meu amado Francisco, que me mantém sã em meio ao caos, confortando e me dando apoio e amor ao longo dos meus dias; aos meus amigos que me acompanharam durante essa longa e difícil jornada, DEDICO.

“Toda a história feminina foi feita pelo homem. Assim como na América, não há problema com os negros, mas sim com os brancos; assim como o antissemitismo não é um problema judaico, é nosso problema; então o problema da mulher sempre foi um problema do homem” (Simone de Beauvoir).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	MULHERES: PRESENTES NA HISTORIOGRAFIA E NA POLÍTICA	8
2.1	Mulheres e a Historiografia:	8
2.2	Mulheres e a ditadura	10
2.3	Mulheres políticas – guerrilheiras até após a ditadura	11
3	“EM BUSCA DE IARA”: A IMPORTANTE TRAJETÓRIA DE IARA IAVELBERG COM BASE NA ANÁLISE DOCUMENTAL	14
3.1	Vídeos, filmes e documentários como fonte histórica	14
3.2	<i>Em busca de Iara</i>: vida e luta na Ditadura Militar	15
3.3	<i>Em busca de Iara</i> e as problemáticas presentes na sua produção ...	18
5	CONCLUSÃO	20
	REFERÊNCIAS	22

**“EM BUSCA DE IARA”: ANÁLISE FÍLMICA SOBRE A GUERRILHEIRA E A
CONSTRUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DAS MULHERES**

**“IN SEARCH OF IARA”: FILM ANALYSIS ABOUT THE GUERRILLA AND THE
HISTORIOGRAPHIC CONSTRUCTION OF WOMEN**

Krysten Laline Vilar do Nascimento

RESUMO

O trabalho tem como base a compreensão em uma análise fílmica, com o documentário *Em Busca de Iara* (Frederico, 2013), a fim de analisar a curta vida dessa jovem guerrilheira e a importância da sua luta. O desenvolvimento da pesquisa discorre, inicialmente, do processo para inserção das mulheres na historiografia com Tainá Silva (2008), a presença feminina no período ditatorial e as formas de resistências mesmo depois do fim da era com Maria Amélia Teles, assim como as lutas subsequentes. Seguindo, tratamos do uso dos documentos audiovisuais como fonte histórica com Marcos Napolitano (2005), avançamos dando continuidade a análise da vida e da luta de Iara Lavelberg de acordo com o documentário. Por fim, teceremos com a análise das problemáticas vigentes na produção documental, utilizando as análises conceituais dos autores citados. Conclui-se sobre a complexa luta das mulheres mencionando Bruschini (2000) e como a presença de Iara se mantém além da política até o presente.

Palavras-Chave: Mulheres; historiografia; análise fílmica; política.

ABSTRACT

The work is based on understanding a film analysis, with the documentary *Em Busca de Iara* (Frederico, 2013), in order to analyze the short life of this young guerrilla fighter and the importance of her fight. The development of the research initially discusses the process of inserting women into historiography with Tainá Silva (2008), the female presence in the dictatorial period and the forms of resistance even after the end of the era with Maria Amélia Teles, as well as the subsequent struggles. Next, we deal with the use of audiovisual documents as a historical source with Marcos Napolitano (2005), we move forward by continuing the analysis of Iara Lavelberg's life and struggle according to the documentary. Finally, we will analyze the current problems in documentary production, using the conceptual analyzes of the aforementioned authors. It concludes on the complex struggle of women by mentioning Bruschini (2000) and how Iara's presence continues beyond politics to the present.

Keywords: Women; historiography; film analysis; policy.

1. INTRODUÇÃO:

O Golpe civil-militar, acontecido em 1964, ocorreu após a união de forças e interesses do empresariado brasileiro e juntamente com o estrangeiro, também havendo a colaboração da Igreja Católica, que fortaleceu na população o medo do governo do então presidente da época, João Goulart, que durante o seu governo, iniciou a prática denominada como as Reformas de Base, possuindo como meta a reestruturação o país. No dia 31 de março do mesmo ano, tropas militares saíram de Minas Gerais rumo ao Rio de Janeiro, com o objetivo de derrubar o governo e a democracia brasileira, o que, de fato, foi feito.

Após o golpe, vários movimentos ligados à resistência começaram a surgir, no meio sindical, partidário e também estudantil. Resistências essas que permaneceram durante os vinte e um anos da ditadura no país, marcando várias histórias de vidas, entre elas, as das mulheres.

As mulheres estiveram presentes em mobilizações sociais no decorrer da História, não sendo diferente no Brasil e muito menos no período ditatorial. A resistência da mulher brasileira já vinha sendo alterada desde a Segunda Guerra, com a grande influência dos movimentos feministas. Elas seguiam lutando para estudar, trabalhar, poder usar os métodos contraceptivos, ter direito ao voto, etc. No período da Ditadura, estima-se que centenas de mulheres participaram ativamente dos movimentos de resistência. Resistência essas que eram das mais variadas possíveis: desde o clube de mães, movimentos partidários, até a luta armada. Também foram as mulheres que, após o fim da ditadura, deram início ao movimento pela anistia.

O número de mulheres presas e torturadas foi alto. A tortura era utilizada como prática comum para fragilizar e humilhá-las, com o propósito de fazer com que elas falassem tudo o que sabiam — algumas delas sequer sabiam de algo. O número de mulheres mortas também foi vasto. Entretanto, elas ficaram conhecidas pela força e coragem contra o sistema repressivo, quebrando os papéis tradicionais que possuíam.

Mesmo enfrentando preconceitos até dentro das organizações, as mulheres destacaram-se durante o período da luta ditatorial. Essas guerrilheiras, como ficaram conhecidas, se tornaram personagens importantes da nossa história. Mulheres essas como: nossa ex-presidenta Dilma Rousseff, que militou em organizações resistentes (POLOP, VAR-Palmares, Colina), sobreviveu por muitos anos na clandestinidade na cidade do Rio de Janeiro, mas acabou sendo presa e torturada, durante os interrogatórios. Dilma permaneceu presa por mais ou menos três anos. Outras mulheres companheiras de prisão de Dilma, como Ana Maria Ramos Estevão, socióloga, na época ainda estudante, estava mais religiosa, vinculada ao discurso progressista da igreja, adentrou na luta contra a ditadura civil-militar. Ana acabou sendo expulsa da igreja, e com a presença na universidade, prestou apoio logístico à organização, e, conseqüentemente, em decorrência de sua militância, Ana Maria foi presa três vezes. Mulheres como Renata Ferraz Guerra e Dulce Maia, conhecidas como a primeira dupla de guerrilheiras da VPR, participando das duas ações mais importantes da luta armada no período: o roubo de armas no Hospital Militar do Cambuci, em 22 de junho de 1968, e a explosão de um carro bomba no Quartel-General do II Exército no Ibirapuera, em 26 de junho do mesmo ano (Carvalho, 1998). São essas e tantas outras mulheres que, até os dias atuais, são representadas como a força feminina durante a ditadura. Mulheres que assumiram a linha de frente, pondo suas vidas em risco, para lutar pelo que acreditavam: em uma

sociedade justa, em que se pudesse ser livres com suas escolhas, sem medo ou repressão sobre suas escolhas e/ou posições partidárias e sociais.

No presente trabalho temos como objetivo central estudar e analisar o documentário *Em busca de lara*, lançado em 2013, com duração de 91 minutos, disponível para aluguel na AppleTV, dirigido por Flávio Frederico, com roteiro escrito por Mariana Pamplona, que é também quem narra e realiza as entrevistas. Mariana é sobrinha de lara, ao qual não teve a chance de conhecer a tia, que morreu quando sua mãe estava grávida de três meses. No documentário utilizado, é enfatizado a breve vida da jovem lara lavelberg, paulista, nasceu em 1944 e morreu em 1971, psicóloga formada pela Universidade de São Paulo, que mesmo sempre tendo uma condição financeira relevante, lutou e morreu por aquilo que acreditava.

O trabalho está dividido em dois capítulos. No primeiro, será tratado a presença feminina na ditadura, no sentido político e também historiográfico, assim como a presença das guerrilheiras durante o período ditatorial e sobre os autores que relataram suas vivências. Já no segundo capítulo, será enfatizado sobre a importância das fontes audiovisuais como fonte histórica partir do documentário estudado, e relatado a exposição da luta de lara durante a ditadura a partir do documentário, antes mesmo da sua inserção nos grupos militantes até a luta armada, também em como ela era vista e como foi representada e exposta por aqueles que puderam conviver com ela antes do seu ingresso na luta política, e também durante o período ao qual fez parte da luta armada, até o momento da sua morte e as variadas versões e teorias criadas sobre.

2. MULHERES: PRESENTES NA HISTORIOGRAFIA E NA POLÍTICA:

2.1.: Mulheres e a Historiografia:

As mulheres e suas histórias eram constantemente negligenciadas ou marginalizadas nos estudos históricos, que, geralmente, possuíam mais foco nas contribuições e experiências dos homens. Durante muito tempo, a história e trajetória das mulheres foi algo que por longos anos se manteve imperceptível. Porém, nos últimos anos, historiadores e pesquisadores têm trabalhado a fim de resgatar com o devido valor a contribuição feminina para a história, tendo apenas um avanço como campo de pesquisa histórica a partir da década de 1980. É nesse período que os trabalhos pioneiros que exploraram temas como a participação das mulheres na vida política, suas lutas por direitos civis e sua atuação em movimentos sociais, como as obras Ana Maria Colling, Susel Rosa, June E. Hahner, Heloísa Buarque de Hollanda, entre outras.

Desde o século XIX, mulheres ao redor do mundo começaram a se organizar e a lutar por direitos básicos, incluindo o direito ao trabalho e ao voto. O movimento feminista passou por várias ondas e foi impulsionado por figuras importantes em diversos países. Falando das mulheres que desempenharam papéis cruciais nessa luta, podemos citar Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony, duas figuras principais do movimento sufragista nos Estados Unidos, Stanton ajudou a organizar a Convenção de Seneca Falls em 1848, onde foi redigida a "Declaração de Sentimentos", um documento que reivindicava direitos iguais para as mulheres, incluindo o direito ao voto. Anthony ajudou a fundar a Associação Nacional pelo Sufrágio Feminino e trabalhou para conseguir o direito ao voto para as mulheres

americanas, o que foi alcançado em 1920 com a 19ª Emenda. Já no século XX e XXI são marcados por um avanço no número de mulheres que lideraram os movimentos feministas que moldaram e continuam na luta pelos direitos das mulheres. Mulheres como Betty Friedan, autora do livro "The Feminine Mystique", lançado em 1963, ao qual tece críticas a vida doméstica forçada das mulheres, e ajudou a lançar o movimento feminista da década de 1960 e 1970. Ela também co-fundou a Organização Nacional para as Mulheres (NOW) em 1966, que lutou por igualdade de direitos em todas as esferas da sociedade. Mulheres como Angela Davis filósofa, acadêmica e ativista americana. Davis tem sido uma voz importante nas interseções entre raça, classe e gênero. Seu ativismo e trabalho destacaram a necessidade de um feminismo inclusivo que abordasse as múltiplas formas de opressão enfrentadas pelas mulheres, especialmente mulheres negras e outras mulheres de cor.

Durante longos anos, a história foi narrada e abordada, na maioria das vezes, por homens, com personagens masculinos, entretanto, com o início das pesquisas históricas referente ao feminino, iniciaram-se as alterações historiográficas, partindo para a inclusão feminina. Há uma dúvida para alguns pesquisadores, onde é indagado onde e quando as mulheres começaram a ser parte da preocupação dos historiadores, uns apostam que a resposta se encontra nas transformações trazidas pela Escola dos Annales, como afirma Tainá Silva, em seu artigo Trajetória da Historiografia das mulheres no Brasil:

“Para alguns, a resposta se encontra nas transformações trazidas pela Escola dos Annales; outros creditam essa inclusão à própria mudança na noção de ciência; cita-se ainda a contribuição do movimento feminista. Para Michelle Perrot (2005), Marc Bloch e Lucien Febvre operaram sim uma ruptura significativa no campo historiográfico, mas não reservaram qualquer atenção para a figura feminina, visto que todo interesse da Escola centrou-se nos planos econômicos e sociais” (Silva, 2008, p. 224).

Embora já houvesse a presença de mulheres ocupando cargos importantes – na educação, na política, no meio artístico, etc –, mesmo que em pequenos números, anterior aos anos após o início dos estudos, as mulheres não tinham suas histórias relatadas com a ênfase devida. Para Bruschini e Unbahaum (2002), a presença das mulheres nas universidades foi algo decisivo para o expansionismo da pesquisa referente ao feminino, onde as mulheres sentiam curiosidade e atração para estudar sua realidade e aquilo que o antecede. Já para Heloísa Buarque de Hollanda (1994), durante seus estudos historiográficos referentes, é somente em 1970 que o feminismo alavanca como novidade no campo acadêmico, instituído-se como algo de forte potencial crítico e político.

No entanto, a inclusão da historiografia das mulheres se dedica a analisar o princípio, o caminho, as mudanças e ininterrupções nas condições de vida das mulheres ao longo da história. Estão incluídos os estudos referente à conquista dos direitos das mulheres, as relações de poder, gênero, a participação ativa e frequente delas em movimentos políticos e sociais, assim como também a influência de ideologias e discursos sobre a feminilidade.

Outro aspecto importante da historiografia sobre as mulheres é a abordagem interseccional, onde é reconhecido que as experiências das mulheres são moldadas não somente pelo gênero, mas também por outros aspectos da identidade, como etnia, idade, raça, classe, sexualidade, entre outros. Essa abordagem busca compreender as múltiplas formas de opressão e discriminação que as mulheres enfrentam e como essas experiências se entrelaçam e se cruzam.

Em suma, a historiografia possui importância para compreensão da vida das mulheres, proporcionando a oportunidade de uma visibilidade, muitas vezes, negligenciada; assim como a compreensão das relações ligadas ao poder na sociedade patriarcal, e até mesmo para o entendimento dos estereótipos e a vasta diversidade quando se trata de experiências, ou até mesmo para o entendimento das transformações sociais que vem acontecendo recorrentemente, desde o passado, até os dias atuais. A historiografia das mulheres tem como consequência a execução de um papel crucial dentro da construção de uma narrativa histórica ainda mais inclusiva, proporcionando o reconhecimento e valorização das contribuições e experiências das mulheres como parte integrante da história da humanidade, possibilitando uma narrativa histórica ainda mais justa e representativa.

2.2.: Mulheres e a ditadura:

Durante o período ditatorial, muitos civis se opuseram contra o sistema, entre eles, as mulheres. Essa presença feminina é algo inegável no decorrer dos anos em que a ditadura dominava o território brasileiro. Mesmo sendo, em grande parte, um período da história narrado e tendo como principais personagens dessa narrativa os homens, as mulheres sempre estiveram presentes nessa luta durante os seus vinte e um anos existentes. Elas estavam lá: participando ativamente das bases sindicais, dos movimentos clandestinos, dando apoio e também indo à luta armada, entre outros. De todas as formas, as mulheres estiveram e se fizeram presentes, indo contra toda a ideia posta pela sociedade patriarcal, onde a mulher era vista como o sexo frágil, delicado, caseiro, que fica em casa, cuidando do lar, seguindo o modelo feminino como ser exemplar que era imposto pela sociedade, como afirma Del Priore:

“A mulher tinha que ser naturalmente frágil, bonita, sedutora, boa mãe, submissa e doce. As que revelassem atributos opostos seriam consideradas seres antinaturais. Partia-se do princípio de que, graças à natureza feminina, o instinto materno anulava o instinto sexual e, conseqüentemente, aquela que sentisse desejo ou prazer sexual seria inevitavelmente anormal” (DEL PRIORE, 2011, p.78).

No entanto, essa oposição feminina, na considerada esquerda política, teria consequências severas, e foi o que de fato aconteceu. Nos primeiros quatro anos do período ditatorial, as mulheres foram perseguidas arduamente, presas e interrogadas. Inicialmente, a prática da tortura, apesar de já realizada, não era algo determinado. Entretanto, houve uma piora significativa em 1968, com a implantação do AI-5, que suspendia todos os poucos direitos civis que ainda restavam no país naquela época. O AI-5 também suspendeu o Habeas Corpus para crimes políticos e efetivou a tortura, tornando-a a prática mais sistemática aplicadas aqueles que se opusessem ao governo militar. Conseqüentemente, muitas das mulheres militantes foram presas, torturadas, e algumas foram até assassinadas.

Essas mulheres “delinquentes” eram torturadas de uma forma distinta da tortura masculina. A violência sexual era predominante e frequente nessas sessões de tortura. Eram desnudadas, xingadas e humilhadas na frente dos agentes, postas no pau de arara e/ou na cadeira do dragão, recebendo choques elétricos nos seios e/ou nos órgãos genitais, na cabeça, e caso estivesse grávida, também na barriga.

Quando grávida, muitas também sofriam com chutes na barriga, onde, muitas vezes, findava em um aborto, ou eram assassinadas: algumas foram apertadas com uma cinta de aço; outras foram assassinadas a sangue frio; muitas foram estupradas, mutiladas, atingidas por disparos das armas, etc. Quando mães, seus filhos também se tornavam vítimas de tortura físicas ou psicológicas, ou eram usados para chantagem emocional. Piorando ainda mais toda a situação e contexto, muitas delas só tiveram conhecimento que foram vítimas de violência sexual anos após as sessões de torturas.

Durante a repressão, a violência sexual é tratada como arma de guerra, onde as mulheres foram injuriadas, torturadas e estupradas como forma de afetar e ofender os direitos de todos, infligindo terror, desmoralizando comunidades e destruindo o tecido social, e constantemente, haviam casais que eram presos e torturados juntos (Mezarobba¹, 2015). Esta forma de violência vitimizou diretamente as mulheres, mas também serviu para afetar e ofender os direitos de todos os membros da sociedade, minando a coesão social e perpetuando o ciclo de violência e opressão. A violência sexual como estratégia de guerra destaca a brutalidade e a desumanização inerentes aos conflitos.

“Essas indicações permitem analisar como as torturas reforçaram as desigualdades de gênero e de orientação sexual, mostrando que a repressão e a própria ditadura estavam apoiadas no patriarcado”. (CNV E MULHERES, s/d).

Também há mulheres que enlouqueceram pela dor e pela brutalidade e não sobreviveram aos choques elétricos. Todas as guerrilheiras, em sua grande maioria, foram despidas à força em algum momento. São brasileiras que fazem parte do grupo de mulheres combatentes e destemidas, muitas delas ainda insepultas por estarem desaparecidas até os dias atuais, deixando uma ferida incurável na vida dos seus familiares (Merlino e Ojeda, 2010).

A resistência das mulheres durante a ditadura é algo marcado como um ato heróico, de coragem extraordinária. Prova disso é que, mesmo após serem presas e torturadas, muitas delas deram continuidade na luta pela democracia, assim, usando suas histórias e resistências como contribuição para a memória coletiva sobre o período, tornando a história das mulheres e a tortura sofrida durante o período ditador brasileiro como um forte testemunho, com relatos de extrema violência, mas com um propósito admirável: a luta incansável por justiça e pela liberdade.

2.3.: Mulheres políticas – guerrilheiras até após a ditadura:

Apesar de já haver mulheres inseridas na política, mesmo que em um número menor que os dias atuais, é somente após o início da década de 1960 onde elas começam a ter grande destaque, seja através da força repentina dos movimentos feministas, ou, talvez, por uma posição relevante socialmente, por exemplo.

¹ Glenda Mezarobba é cientista política, com mestrado e doutorado pela USP. Desenvolveu pesquisas nos arquivos da ONU, e é a responsável, no Relatório Final, pelo capítulo que trata sobre a violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/6199457/glenda-mezarobba>.

É durante a mesma década de 1960 que a presença feminina começa a ter ainda mais força, rompendo com o patriarcado ao qual estava implantado na sociedade. Com a conquista de alguns direitos, as mulheres tiveram a chance de conhecer e ingressar na política, participando ativamente dos movimentos a elas ligados, conseqüentemente, elas acabaram se rebelando e não aceitando a “política” utilizada pelo sistema ditatorial. Desde o governo de Castelo Branco, conseqüente da implantação do AI-5 durante a presidência de Costa e Silva, passando pelo terror estatal do governo Médici, finalizando no pedido de anistia, elas sempre estiveram lá. O protagonismo das mulheres brasileiras, inseridas no contexto mais amplo latino-americano, se fez presente em cada momento dessa noite de longa duração – a ditadura militar (Kmitta, Arakaki e Zimmermann, 2022).

Entretanto, se de um lado, havia as mulheres que se revoltaram, imersas no mundo político, contra o regime ditador, arriscando-se em guerrilhas armadas ou não, mas sempre defendendo aquilo no qual acreditavam, do outro tinham as mulheres que estava de acordo com o sistema ditador, da forma que estava acontecendo. Essas figuras lideraram alguns movimentos que começaram a surgir em meados da década de 1962, dentre eles: Movimento da Arregimentação Feminina (MAF), União Cívica Feminina (MAF), e a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) e outras mais. Suas lideranças estavam bem obstinadas com seus objetivos: findar de vez com a “ameaça comunista” e contrapor-se a qualquer mudança de caráter popular (Teles, 1993).

Assim como houve um grande número de mulheres contra a ditadura, também foi vasto o número de mulheres a favor. Contudo, é durante este período que as mulheres corajosas que se opõem contra o regime começam a ser vistas como guerrilheiras, para alguns, e terroristas, para outros, tornando-se figuras de extrema importância para a nossa sociedade e história social e, principalmente, obtendo destaques na luta política.

Algumas das fontes disponíveis para a compreensão do que foi vivido por essas mulheres guerrilheiras e opositoras da direita-ditatorial é o documentário *Que bom te ver viva*, lançado em 1989, onde são expostas a relação das mulheres que foram torturadas no período ditatorial, retratando, em depoimentos reais, como elas lidaram com o fato e como essa situação as traumatizou até os dias atuais. Todas as oito mulheres guerrilheiras e parentes/conhecidos entrevistados, retratam, unanimemente, quão doloroso é falar sobre e, conseqüentemente, lembrar a tortura, em todos os âmbitos. Porém, em sua grande maioria, nota-se que mesmo com essa dor, todas tentam seguir suas vidas, se reconstruindo e fortalecendo-se. Essas guerrilheiras presentes no documentário são: Criméia Schmidt Almeida, nascida em no município de Santos, em São Paulo e formada em enfermagem pela Faculdade Ana Nery, que iniciou sua vida política na escola secundária e viveu na clandestinidade por anos. Criméia foi presa e torturada durante a gestação do seu filho, sofrendo com torturas até o nascimento da criança. Ela ainda atua na política por meio da Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

Também são mencionadas e entrevistadas: Maria Luiza Garcia Rosa, presa e torturada três vezes; Estrella Bohadana, presa e torturada com apenas dezenove anos, tortura esta que acabou resultando na sua internação no Hospital do Exército; Regina Toscano, Jessie Jane, Rosalina Santa Cruz, Maria do Carmo Brito e uma oitava vítima anônima que não quis se identificar também são nomes presentes.

Somente após décadas de insistência e luta dos parentes dos mortos e desaparecidos na época do regime, onde os mesmos exigiam a elucidação do que de fato teria ocorrido na época, porém, apenas no ano de 2011, quase cinquenta

anos após o golpe militar, que a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada, um marco histórico e importante para a análise e esclarecimento de todos os crimes ocorridos na ditadura.

Iniciando seus trabalhos no ano seguinte, a CNV também criou vinte e nove recomendações para que o Estado pudesse promover justiça em relação aos crimes ocorridos no período, reparar simbolicamente, financeiramente e psicologicamente às vítimas, tencionando não repetir as violações de direitos humanos que aconteceram na época ditatorial. Ao examinar vários arquivos da época ditatorial, a CNV declarou que essas práticas de torturas eram realizadas a fim dos agentes demonstrarem ter dominância e poder sob os presos, e utilizavam a tortura até como uma “arma de guerra”, o que tornou toda a situação e suas circunstâncias ainda mais deploráveis e abomináveis.

Enquanto várias dessas barbaridades ocorriam dentro dos presídios ou dos DOI-CODI no país, as mulheres que não estavam presas se reuniam para o planejamento de protestos a fim de demonstrarem sua indignação contra o regime militar, visando com que outras pessoas também conseguissem notar o quão a ditadura era hedionda, e que, com essa ciência, todos se unissem a fim de criar um movimento pelo fim do sistema repressor. Consequentemente, alguns grupos foram criados. No ano de 1975, as mulheres realizaram um abaixo-assinado, acompanhado do Manifesto da Mulher Brasileira², a favor da anistia ampla, geral e irrestrita. O início dessa luta foi em 1968, com várias mães de estudantes que estavam presos em Ibiúna, pedindo pela libertação dos seus filhos. Alguns anos depois, juntaram-se aos movimentos familiares de presos políticos (mães, esposas, irmãs e companheiras). Esse manifesto foi aderido por estudantes do Brasil, mães de família e trabalhadoras, advogados e outros profissionais liberais. Nascia assim o Movimento Feminino pela Anistia³, sendo ele e, seguidamente, os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs)⁴, os dois tiveram maior destaque na luta.

No ano de 2010, foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que a Lei da Anistia deve-se aplicar tanto aos crimes cometidos pelos agentes do Estado quanto pelos opositores do regime militar, reafirmando sua interpretação de anistia ampla, geral e irrestrita. Ainda assim, o debate sobre a memória, a verdade e a justiça em relação aos crimes ocorridos na ditadura militar continuam sendo temas de discussões, tanto no âmbito jurídico, quanto no âmbito social e político no Brasil.

Mesmo com os grandes desafios e a repressão enfrentados, as mulheres desempenharam um papel fundamental e de extrema importância na resistência à ditadura militar no Brasil. As suas lutas e o comprometimento contribuíram para a redemocratização do país e para o fortalecimento dos movimentos sociais e políticos em defesa da justiça social, democracia e dos direitos humanos. A memória e o legado das mulheres na luta contra a ditadura continuam a inspirar novas gerações de ativistas e defensoras dos direitos humanos no Brasil.

² O Movimento Feminino pela Anistia é um movimento político criado em dezembro de 1975, ganhou notoriedade internacionalmente após a participação da líder do movimento, Therezinha Zerbin, na 1ª Conferência Mundial sobre a Mulher, promovida e realizada pela ONU. O Manifesto recebeu mais de 16 mil assinaturas no Brasil.

³ Movimento Feminino pela Anistia surgiu com o objetivo de conscientizar, persuadir e pressionar a sociedade e o governo, mostrando a necessidade de anistia.

⁴ Fundado em 1978, no Rio de Janeiro, por iniciativa do Movimento Feminino pela Anistia, o Comitê Brasileiro pela Anistia congregou esforços de diversas entidades e personalidades contra o regime de exceção. Lutando pelos direitos humanos, pela anistia, contra as perseguições políticas, as prisões e as torturas.

Ao enfrentarem os desafios e a repressão, as mulheres desempenharam um papel audacioso, porém fundamental na resistência à ditadura militar. O engajamento e as lutas delas contribuíram para a redemocratização do país, como também para o fortalecimento dos movimentos sociais e políticos em defesa de vários âmbitos – dos direitos humanos, da democracia e da justiça social. A memória e o legado das mulheres na luta contra a ditadura continuam a inspirar novas gerações de ativistas e defensoras dos direitos humanos não só no Brasil, mas também no mundo.

3. “EM BUSCA DE IARA”: A IMPORTANTE TRAJETÓRIA DE IARA IAVELBERG COM BASE NA ANÁLISE FÍLMICA

3.1.: Vídeos, filmes e documentários como fonte histórica:

Nos últimos anos, as fontes audiovisuais têm ganhado crescente reconhecimento como fontes valiosas para as pesquisas históricas. Esses meios contribuem com perspectivas únicas, onde é possível se complementar às fontes tradicionais, como os documentos escritos e os registros fotográficos. Sua importância constitui-se nas mais variadas dimensões: desde a capacidade de capturar e transmitir informações de maneira acessível e envolvente até a possibilidade de registrar e preservar aspectos culturais, sociais e políticos de diferentes épocas.

Desde o início, o cinema foi utilizado para registrar e representar eventos históricos, no entanto, o reconhecimento acadêmico desse uso como uma metodologia rigorosa para o estudo da história só ocorreu posteriormente. Ao utilizar o cinema como fonte, é de extrema importância saber separar as relações e abordagens da historiografia e do cinema, como afirmado por Marcos Napolitano:

“As três possibilidades básicas de relação entre história e cinema: O cinema na História; a história no cinema e a História do cinema. Cada uma das três abordagens implica uma delimitação específica: O cinema na História é o cinema visto como fonte primária para a investigação historiográfica; a história no cinema é o cinema abordado como produtor de ‘discurso histórico’ e como ‘intérprete do passado’; e, finalmente, a História do cinema enfatiza o estudo dos ‘avanços técnicos’, da linguagem cinematográfica e condições sociais de produção e recepção de filmes (Napolitano, 2005, p. 241).

Uma das principais vantagens oferecidas por meio do uso das fontes audiovisuais é a capacidade de tornar a história mais acessível e compreensível para um público ao qual, por muito tempo, foi considerado leigo. Diferentemente de textos acadêmicos ou documentos oficiais, que podem ser densos, com difícil leitura e compreensão, os materiais audiovisuais conseguem transmitir informações complexas de forma mais direta e visualmente atraente, facilitando o engajamento de pessoas de diversas idades e níveis de educação, promovendo uma compreensão mais ampla da história, pois com a utilização de produções audiovisuais para contextualização de eventos históricos, é possível oferecer diferentes perspectivas e estimular debates críticos entre os alunos (Napolitano, 2005).

É importante ressaltar o papel crucial dos documentários na preservação da memória coletiva, ao qual também oferecem uma riqueza de informações e perspectivas que podem complementar, ou, às vezes, desafiar outras formas de registros históricos. Registrando eventos históricos, entrevistas com testemunhas ou

especialistas, ao qual podem não ser representados em outras fontes históricas, como textos acadêmicos, por exemplo. Isso é consideravelmente valioso para a história oral e para a compreensão de eventos a partir da perspectiva das "pessoas comuns", retratando contextos culturais que podem ser perdidos ao longo do tempo.

Os filmes, vídeos e documentários também ampliam o fim das narrativas históricas, com a inclusão de vozes e perspectivas que, muitas vezes, são marginalizadas nas fontes tradicionais. Mulheres, minorias étnicas-raciais e outros grupos sub-representados, encontram nesses meios uma plataforma para contar suas histórias e contribuir para uma visão mais inclusiva e diversificada do passado. Esse pluralismo é fundamental para uma compreensão mais completa e equitativa da história.

Além de seu valor como fontes sobre o passado, vídeos e documentários frequentemente evidenciam realidades contemporâneas, tornando-se importantes registros para futuros historiadores. Eles capturam eventos enquanto ocorrem, preservando não apenas os fatos, mas também as emoções e reações das pessoas envolvidas. Esse registro imediato e imersivo é uma contribuição valiosa para a historiografia, oferecendo material rico para análises futuras.

Vídeos, filmes e documentários são fontes históricas de inestimável valor, enriquecendo a pesquisa histórica com suas capacidades de registro detalhado, acessibilidade e inclusão de múltiplas perspectivas. As fontes audiovisuais e musicais são, como qualquer outro tipo de documento histórico, portadoras de uma tensão entre evidência e representação (Napolitano, 2005).

Já Marc Ferro tem uma opinião contrária em relação ao cinema como fonte, não possuindo o controle sobre nenhuma iminência, sendo o ponto de vista de quem está por trás da produção:

[o cinema] destrói a imagem do duplo que cada instituição, cada indivíduo se tinha constituído diante da sociedade. A câmara revela o funcionamento real daquela, diz mais sobre cada um do que queria mostrar. Ela descobre o segredo, ela ilude os feiticeiros, tira as máscaras, mostra o inverso de uma sociedade, seus "lapsus". É mais do que preciso para que, após a hora do desprezo venha a da desconfiança, a do temor (...). A idéia de que um gesto poderia ser uma frase, esse olhar, um longo discurso é totalmente insuportável: significaria que a imagem, as imagens (...) constituem a matéria de uma outra história que não a História, uma contra-análise da sociedade (Ferro, 1976, p. 202-203).

Tais fontes desempenham um papel crucial na educação, na preservação cultural e na documentação de eventos contemporâneos, oferecendo aos historiadores e ao público em geral uma visão mais abrangente e dinâmica com relação ao passado. Ao integrar essas fontes ao estudo da história, podemos alcançar uma compreensão mais rica e diversificada das narrativas humanas, contextualizando os eventos históricos, absorvendo uma compreensão mais profunda e completa do passado. Essas fontes complementam as fontes escritas, como também ampliam o alcance e a profundidade da pesquisa histórica.

3.2.: *Em busca de lara*: vida e luta na Ditadura Militar:

Como já relatado pelo próprio título, o documentário *Em busca de lara* vai relatar a breve jornada de lara lavelberg, ao qual nasceu e cresceu numa família

tradicional judia, casou-se muito cedo, no ano de 1960, na sua adolescência, com apenas dezesseis anos, com um estudante de medicina. Demonstrando, desde sempre, ser uma mulher à frente do seu tempo, como seu irmão Samuel Lavelberg, faz questão de expor, enfatiza reiteradamente o quanto sua irmã era interessada e avançada para a época. Samuel complementa dizendo que sua irmã resolveu assumir a militância e enfrentou até as últimas consequências (Lavelberg, 2021).

Lara ingressou no curso de psicologia pela USP, no ano de 1963. Com a entrada no meio acadêmico, ela deu início a uma expansão que iria além do conhecimento, refletindo também sobre o entendimento de si mesma. Consequentemente, acaba se distanciando do seu esposo, vivendo em um casamento de fachada, como é relatado pela sua amiga Evelise Souza Marra. Lara se divorciou um ano após, após três anos de união, em 1964.

Ao lado de seu irmão Samuel, Lara adentrou em um mundo de debates, questionamentos e engajamento político que marcou sua juventude, e é na universidade onde conhece a política e os seus movimentos partidários, e quando também se aproxima de grandes intelectuais, aprofundando sua compreensão sobre as questões políticas-sociais do Brasil daquela época. Essa imersão de Lara no meio acadêmico sucedeu-se à descoberta de um espaço onde os jovens se reuniam para discutir e buscar transformações na sociedade. Os movimentos estudantis da época, influenciados pelas correntes ideológicas que ganhavam grande força na década de 1970, acabaram sendo um terreno fértil para a formação de sua consciência política.

No ano do golpe, em 1964, Lara e Samuel se interessaram ainda mais pela política, participando ativamente de manifestações, debates e ações que buscavam melhorias no sistema de educação, como também uma visão social mais ampla de justiça, igualdade e liberdade. Os dois irmãos ingressaram, inicialmente, na Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), e após essa introdução nos movimentos, seguiram adiante com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), na VAR-Palmares, e no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), ao qual ingressou junto a quem iria ser o seu futuro seu companheiro, Carlos Lamarca.

Em depoimento para o documentário, Rosa Lavelberg, irmã de Lara, relata que em 1969, Lara já estava vivendo na clandestinidade. As duas se encontraram, mas precisaram de um intermediário de alguém que não vivia clandestinamente. Rosa relata que Lara vinha disfarçada, com peruca e óculos escuros, possuindo um nome de guerra: Mariana. Também narra o drama com a constante observação policial com a família Lavelberg, que tinham os telefones grampeados, rondas policiais constantes na casa ou até mesmo durante uma saída na rua. A família estava sob observação em qualquer horário ou circunstância.

No mesmo ano, a VPR estava obstinada a criar um grupo guerrilheiro, que inicialmente estavam divididos em três grupos: os combatentes, os estrategistas e o grupo que abriria um outro grupo de treinamento. Mas os guerrilheiros tinham que

Em Busca de Lara, 2013.



Imagem reprodução: Internet.
Disponível em AppleTV.

pensar nos meios para execução da ideia: como conseguir o dinheiro para financiar a revolução? Quais as armas e local? O local foi decidido: Vale do Ribeira, localizado no Sul do estado de São Paulo, no ano de 1970.

Durante o período de preparação para a revolução, um homem despertou uma grande e avassaladora paixão em Lara: o capitão da guerrilha, Carlos Lamarca. Os dois viveram um relacionamento intenso, que durou até os últimos dias de vida de ambos. O relacionamento entre Lara e Lamarca representava algo muito além de um vínculo afetivo, mas também a união de propósitos políticos, sociais e ideológicos. Juntos, sonhavam com um Brasil livre, democrático e justo, e viveram dispostos a arriscar suas vidas por essa visão ao qual acreditavam fielmente. Darcy Rodrigues, confidente de Carlos Lamarca, foi um dos primeiros ao qual o guerrilheiro confidenciou sua paixão por uma companheira, que seria Lara. Afirma que, conseqüentemente, nem todos os guerrilheiros apoiavam o casal, e nesse meio tempo, Lara acabou adoecendo e teve que sair do campo.

Carlos Alberto Muniz, ex-dirigente do MR-8, movimento ao qual Lara e Lamarca fizeram parte após a saída da VPR, morou por um tempo com o casal. Em seu depoimento no documentário, Muniz afirma que Lara ajudou o seu companheiro a se tornar um militar com base e teoria estudada, ensinando Lamarca a amar a leitura, incluindo o marxismo. Durante o seu depoimento retratado no documentário, Muniz evidencia o quão o sistema foi cruel com o casal:

“Com eles, o regime foi muito agressivo, do ponto de vista de tentar apagar uma imagem para gerações futuras. A Lara era apresentada como uma pessoa fútil, como uma juvenzinha universitária que se destacava pela sua beleza na época do movimento estudantil. Depois apresentada como a mulher, ou amante do Lamarca. Quando, na verdade, a Lara foi uma companheira de todas as batalhas, todas as atividades” (Muniz, 2013, 26min12s).

Durante a relação, o casal teve que se separar durante uma fuga, partindo do Rio de Janeiro rumo à Bahia, mas ficaram em cidades distintas. Durante esse período, o casal trocaram inúmeras cartas, onde os escritos de Lamarca à sua amada ganharam grande notoriedade, ao qual é possível notar uma grande intensidade no sentimento do capitão, ao qual escreveu até o fim da sua vida para sua amada, muitas vezes reclamando da saudade, do desejo e a forte vontade de estar por perto.

Lara foi inserida numa casa na periferia de Feira de Santana, protegida por César. Os dois acabaram se tornando bons amigos, mas com a prisão do amigo José Carlos Souza – conhecido como Kid –, Lara teve que sair da cidade, indo rumo à capital do estado, Salvador. Para contar a Lamarca e os demais companheiros sobre a prisão do guerrilheiro, César foi pessoalmente até o Rio de Janeiro, e enquanto estava no caminho, o apartamento em que Lara permanecia abrigada, foi invadido, onde ocorreu sua morte. Com o retorno a Salvador, César foi preso e conseqüentemente torturado, onde, durante as sessões de torturas, foi avisado sobre a morte da amiga. Inicialmente, não acreditou, até que os policiais lhe mostraram uma foto da amiga, despida, com um tiro no meio do seio, sem vida. Essa atitude se repetiu com uma outra companheira de guerrilha de Lara, Nilda Cunha. Leônia Cunha, irmã de Nilda, conta que sua irmã foi presa com Lúcia Bernadete no dia do cerco em que Lara foi morta. Dentro do comboio, Lúcia perguntou onde estava Lara, quando foi respondida que ela estava acostumada a furar o cerco, acreditando que Lara havia conseguido fugir. Entretanto,

ao ser levada pelos militares a um lugar mais distante, o corpo de lara morta foi mostrado à sua amiga Nilda⁵, que entrou em desespero.

lara morreu em agosto de 1971, em Salvador, durante a Operação Pajuçara. Afirma-se que a “queda” de lara e Lamarca aconteceu como consequência da prisão de José Carlos Souza (Kid). Porém, antecedendo os fatos mencionados, a dirigente do MR-8, Solange Lourenço Gomes, conhecida como Emília, se entregou após uma crise de esquizofrenia no estádio da Fonte Nova, onde acreditava que as arquibancadas iriam cair. Solange saiu do estádio correndo, rumo a delegacia, se declarando subversiva e delatando todos os os componentes e a estrutura do MR-8 no estado da Bahia.

3.3.: *Em busca de lara e as problemáticas presentes na sua produção:*

A principal questão tratada durante todo o documentário — e durante os dias vividos pela sua família desde a sua morte —: lara realmente se suicidou ou foi morta pelo sistema?

Com o decorrer dos anos, algumas versões sobre a morte da guerrilheira vão surgindo. Também é notório o quão o documentário se esforça para desconstruir os estereótipos criados pela mídia e pelo regime ditador sobre lara, onde ela é reapresentada como uma mulher multifacetada: uma intelectual, uma militante, apaixonada, com sentimentos e também vulnerabilidades. Através de depoimentos e materiais de arquivo, o filme humaniza lara, mostrando sua complexidade e desafiando a visão simplista e reducionista imposta pelo regime.

A versão oficial da morte, dada pelos militares, seria que o aparelho em que lara estava, na Rua Minas Gerais, Edifício Santa Terezinha, ela estava alocada no apartamento 201, teria sido invadido, e no momento da invasão, ela pula pela janela para o apartamento vizinho e se esconde no quarto da empregada. No entanto, um jovem morador do apartamento⁶ que já tinha evadido, volta para buscar algo e escuta uma tosse, que seria de lara. Ao descer para o térreo, ele avisa aos policiais que há alguém lá dentro, e é nessa hora em que lara é encontrada, ao ser abordada, é pedido que ela coloque as mãos no vidro e se renda, mas a mesma se recusa, e é nesse exato momento em que ela se suicida, com um tiro. Há outra versão, relatada no Registro da Polícia Federal, referente a Operação Pajuçara, estimasse que havia cerca de duzentos homens no cerco, relatando que quando os militares entraram no apartamento, lara colocou a mão no vidro do basculante e fala: "Eu me entrego!". Nas duas versões, os policiais afirmam que levaram lara ao hospital ainda com vida, mas que ela não resistiu durante o percurso.

Uma outra versão que popularizou-se seria descrita como assassinato, onde Rubem Otero, suboficial da marinha afirmou ter metralhado lara através da porta. O Doutor Lamartine Lima, médico legista que estava em Salvador no ano da morte de lara e trabalhava no Instituto Nina Rodrigues, atendeu o sargento Otero, à beira da morte. Lamartine relata que apesar de ser acusado da morte de lara, Otero afirmava

⁵ Nilda Cunha foi solta em novembro do mesmo ano, debilitada em consequência das torturas sofridas. Ficou cega, morrendo sem explicação pouco tempo depois. Suspeita-se de envenenamento na prisão.

⁶ Judith Patarra, autora da biografia *lara*, entrevistou o coronel Luiz Arthur, mas em uma entrevista no ano de 2003 relatou em entrevista para o Jornal do Brasil que afirmavam que o garoto que viu lara e a arma era afilhado do coronel.

que arrombou a porta somente após ouvir um tiro na parte de dentro do quarto/banheiro. O médico é indagado sobre as contradições na história, mencionando a matéria publicada pelo jornalista Bernardino Furtado, onde é afirmado que Lamartine tinha ouvido a confirmação de que Rubem Otero teria matado Lara. Lamartine nega insistentemente. Bernardino afirma que, durante um contato feito com o médico a fim de realizar uma pesquisa sobre Lara, o próprio Lamartine o confirmou que Otero confidenciou ter matado Lara, atirando contra a porta.

A teoria suicida sobre a morte de Lara é exposta durante o decorrer do documentário, ao qual nunca foi aceita pelos seus amigos e familiares. Como relatado pela sua amiga Evelise Marra, que forneceu abrigo para Lara em uma das suas fugas, e em meio a uma conversa, Lara fala para amiga sobre os guerrilheiros que andavam com uma pílula na boca, para que caso fossem pegos, tomariam e morreriam. Ao mencionar a situação, Lara afirma à amiga que não tem coragem de fazer o mesmo.

Após sua morte, os pais de Lara só puderam fazer o reconhecimento do corpo após um mês, pois desde o fatídico dia, o corpo de Lara foi usado como isca para atrair o seu companheiro, Lamarca, como afirmado pelo próprio coronel Luiz Arthur de Carvalho, que, mais uma vez, faz uso de elogios referente a aparência da jovem, até mesmo após a sua morte:

“Era muito alva, bonita, uma beleza judaica. [...] Não sabíamos quem era. Mandamos telex ao Rio e responderam: provavelmente Lara. Escondemos da imprensa porque talvez nos ajudasse a localizar Lamarca” (Patarra, 1992, p. 515).

Após anos de angústia e tormenta, é somente em 2003, a pergunta sobre a morte de Lara pôde ser respondida, quando os familiares conseguem que o corpo da guerrilheira seja exumado para uma nova autópsia, através de uma ordem judicial. Necessário ressaltar que nesse meio período de buscas por respostas, também ocorreu o desaparecimento do laudo do corpo de Lara, ficando disponibilizado apenas o rascunho.

O médico Daniel Muñoz é quem realiza o novo exame após a exumação do corpo de Lara. A nova autópsia é realizada com o cadáver esqueletizado, sendo feita com os ossos, o que dificultou um pouco mais para o entendimento do ocorrido. Dr. Muñoz conta que o único dado encontrado foi uma fratura que corresponde a saída de projétil de arma de fogo. Em caso de suicídios, Muñoz relata que a boca da arma é colocada no meio do peito, para ter um maior apoio no ato do disparo, com isso, ao disparar, o projétil penetra e a lesão é evertida/grande. Essa informação já contesta o que foi alegado na necropsia inicial, onde foi registrado que a lesão era um orifício circular, com bordas deprimidas e com 8mm, diferindo do que é "comum" em casos de suicídio. Conclui-se que, de acordo com os centímetros e a espessura da lesão referente ao tiro, não teria a possibilidade de ter ocorrido um suicídio. Mesmo com roupas, o tiro de longe ou perto, apresentam características diferentes e é confirmado que o tiro no corpo de Lara não corresponde a um tiro suicida, mas a um tiro disparado a longa distância.

Para a família, trata-se de uma vitória, mesmo que mínima, pois a teoria suicida nunca os convenceu. Devido a acusação de suicídio, Lara foi enterrada em uma área separada no cemitério israelita, destinada aos suicidas, sepultada com os pés virados a lápide, o que é considerado como motivo de desonra na sua religião. Após o novo laudo ser divulgado, um enterro digno com os restos mortais de Lara foi realizado em 11 de junho de 2006, com a presença de familiares. Finalmente, após longos anos, Lara pode descansar em paz, dando conforto aos seus pais, familiares

e amigos em saber que ela não tirou sua própria vida, mas sim foi mais uma das vítimas do sangrento e forte regime ditatorial.

A breve história de Lara Lavelberg serve como testemunho da força e da determinação de uma juventude e também de mulheres que ousaram sonhar, arriscar-se e lutar por um mundo melhor. Sua passagem pelo meio acadêmico e sua entrada nos movimentos estudantis foram passos fundamentais em sua trajetória de transformação e resistência, deixando um legado de coragem e comprometimento para as gerações futuras. Lara marcou a vida de todos aqueles que o conhecem, tendo convivido diretamente com ela ou não. O centro acadêmico do curso de Psicologia da USP foi batizado com o nome de Lara Lavelberg como forma de homenageá-la.

Apesar de ser o relato de vida de uma mulher, o documentário "*Em Busca de Lara*" é dirigido por Flávio Frederico, porém, possui o roteiro escrito por Mariana Pamplona, que também narra o documentário e realiza algumas entrevistas. Ela é sobrinha de Lara, ao qual não pôde conhecer a tia, que morreu quando sua mãe estava grávida de três meses. Nota-se que, além do trabalho como roteirista e entrevistadora, Mariana está ali para ter respostas sobre várias perguntas referentes a sua tia, que, por muito tempo, ficaram sem respostas. O documentário não se limita a contar a história de uma personagem específica, mas resgata, também, a memória de toda uma geração de lutadores e ativistas que enfrentaram a ditadura e lutaram por um Brasil mais justo e democrático, o legado de Lara e de seus companheiros é ressaltado como uma inspiração para as gerações futuras. Também é destacado as indagações sobre a morte de Lara e suas circunstâncias, quando questionado sobre a versão oficial dos fatos. A incessante busca por respostas e a investigação meticulosa dos eventos que envolveram sua morte são elementos-chave da narrativa. O documentário possui a capacidade de unir investigação histórica, relevância contemporânea e impacto emocional, fazendo-se uma obra fundamental no cenário para o cinema documental brasileiro e também para a historiografia.

No contexto utilizado no documentário, é ressaltado a persistência de uma memória sobre Lara Lavelberg onde é dada grande ênfase em sua beleza e no seu papel como amante de Lamarca, refletindo as representações da repressão da época e também evidencia como os estereótipos femininos desejáveis naquela sociedade continuam presentes, como ressaltados várias vezes durante o documentário em como Lara era uma jovem bonita com um corpo "atraente". A atenção dada à história de Lara não é devido ao seu papel como ideal feminino, ao invés de seu contrário?

Como registro de seu tempo, o documentário reforça as representações, como também aponta para as dificuldades na construção do papel feminino na contemporaneidade. Mesmo muitas vezes refutada a versão oficial do suicídio imposto pela ditadura, a busca incessante por Lara no documentário é, muitas vezes, ofuscada pelo grande foco em seus relacionamentos amorosos e aspectos físicos e pessoais, em como ela se destacava por ser uma bela mulher. Tudo isso contado sob uma perspectiva masculina que, de certa forma, reforça estereótipos sobre mulheres militantes e também sobre as mulheres em geral.

4. CONCLUSÃO:

A luta feminina no Brasil tem uma história marcada por diversas fases e transformações, com grandes contribuições e influências políticas e sociais. Apesar do processo vagaroso para inclusão das mulheres na historiografia, após essa introdução, os estudos sobre as mulheres começaram a ter um conhecimento um pouco mais detalhado, mesmo que ainda vaga, sobre. Como enfatizado por Bruschini (2000), destaca-se a participação ativa das mulheres na resistência à ditadura, obtendo uma luta multifacetada, porém com extrema relevância. As mulheres não apenas se uniram aos movimentos de resistência existentes, mas também criaram suas próprias redes de apoio e organizações (Bruschini, 2000).

Elas enfrentaram a prisão, a tortura e até a morte, mostrando uma força e coragem descomunal.

Desde o início do século XX, as mulheres brasileiras começaram a se organizar para reivindicar direitos básicos como a educação e o voto. O movimento ganhou força nas décadas de 1920 e 1930. Com a instalação do regime militar em 1964, a luta feminina assumiu novas formas de resistência. As mulheres participaram ativamente dos movimentos contra a ditadura, enfrentando prisões, torturas e até a morte. Essa participação perdurou até após a ditadura, sendo fundamental na luta pela redemocratização e pela anistia.

Mulheres guerrilheiras, são a elas que é dado o maior destaque neste trabalho. Principalmente a lara lavelberg, guerrilheira que “lutou” até mesmo após sua morte, para conseguir provar não ser a terrorista ao qual vincularam sua imagem, e conseqüentemente, foi morta por possuir uma opinião política considerada divergente da que era vista como coerente, na época.

lara se fez presente na luta política, chegando a participar também da luta armada, numa época em que as mulheres eram vinculadas apenas a papéis domésticos. lara rompeu com os estereótipos, não fazendo questão de manter a imagem de mulher tradicional. Mesmo após a sua morte, ela estava lá, sendo vista e representada como símbolo de força e resistência até mesmo na luta sobre esclarecimento sobre a sua morte.

Apesar da historiografia tradicional naturalmente tentar minimizar a contribuição das mulheres em movimentos políticos e sociais, a trajetória de lara e das demais guerrilheiras mencionadas neste trabalho, ajudam a corrigir essa omissão, mostrando os papéis ativos e cruciais que elas ocupavam na luta pela liberdade durante a ditadura no Brasil. O documentário *Em busca de lara* procura resgatar e preservar essa memória, disponibilizando uma visão mais profunda sobre a vida de lara, assim como sua ideologia e luta.

A resistência de lara lavelberg habitava em sua crença numa melhora social, sendo eternizada na história como símbolo de resistência na luta contra a ditadura militar brasileira. Sua história tornou-se testemunho da busca incansável e inabalável pela liberdade e pelo cumprimento dos direitos humanos.

Na contemporaneidade, a luta das mulheres brasileiras continua a evoluir, enfrentando novos desafios e ampliando suas reivindicações para incluir questões interseccionais, abordando não apenas gênero, mas também raça, classe e orientação sexual. As mulheres brasileiras continuam a lutar por uma sociedade mais justa e igualitária, inspiradas pelos embates do passado, como a de lara, e pelos desafios do presente/futuro, que tendem a continuar lutando por uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS:

AI-5: O mais duro golpe do regime militar. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso em: 02/10/2023.

AMORIM, Felipe; MACHADO, Rodolfo. GOLPE DE 64: 'Marcha da família com Deus pela Liberdade' completa 50 anos; saiba quem a financiou e dirigiu. Opera Mundi, março de 2014. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/34445/golpe-de-64-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade-completa-50-anos-saiba-quem-a-financiou-e-dirigiu>. Acesso em: 04/10/2023.

CARVALHO, Luiz Maklouf. Mulheres que foram à luta armada. - São Paulo: Globo, 1998.

Casa do saber. Ditadura Militar e violência sexual | Glenda Mazarobba. YouTube. 09/04/2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0rY9KK69XXE>.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE – Memórias da ditadura. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/comissao-nacional-da-verdade-2/>. Acesso em: 04/10/2021.

EM busca de Iara. Direção de Flávio Frederico. Produção: Mariana Pamplona, Flávio Frederico. 2013. AppleTV.

ESTÊVÃO, Ana Maria Ramos. Torre das guerreiras e outras memórias. - São Paulo: Editora 106; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

FREISLEBEN, Faurice Angelica. O movimento feminista no Brasil: trajetórias e conquistas. Não me Kahlo, agosto de 2019. Disponível em: <https://naomekahlo.com/o-movimento-feminista-no-brasil-trajetoria-e-conquistas/>. Acesso em: 02/10/2021.

IARA IAVELBERG. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/iara-ivelberg/>. Acesso em 02/04/2024.

MONCAU, Gabriela. Revolução e paixão na vida admirável de Iara Iavelberg. Revista ADUSP, p. 61-69, outubro de 2013.

MULHERES – Memórias da ditadura. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/mulheres/>. Acesso em: 12/08/2021.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: A História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) Fontes Históricas. 2.ed. - São Paulo. Contexto, 2008.

NASCIMENTO, Juliana Marques do. Guerrilheiras: memórias da ditadura e militância feminina. 1.ed. - São Paulo: Alameda, 2022.

PATARRA, Judith Lieblich. Iara: uma reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

Projeto Marcas da Memória UFRJ. Documentário "Memórias Femininas da Luta Contra a Ditadura Militar". YouTube, 02/09/2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YWtuhUsn5ao&t=2386s>.

QUE bom te ver viva. Direção: Lúcia Murat. Produção: Kátia Cop, Maria Helena Nascimento. 1989.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da Historiografia das Mulheres no Brasil. Politeia: Hist. e Soc., Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 223-231, 2008.

TELES, Maria Amélia de Almeida. O protagonismo das mulheres na luta contra a ditadura militar. RIDH, Bauru, junho de 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. Estudos Feministas, Florianópolis, setembro-dezembro 2015.

TUMATÉIA. IARA IAVELBERG, 50 anos depois. YouTube, 20 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rt7gt-mST6Q>.